



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

MENSAGEM AO PAPA JOÃO PAULO II

Palácio do Planalto
29 de janeiro

O Presidente José Sarney envia mensagem à Sua Santidade o Papa João Paulo II, em nome do povo brasileiro, congratulando-se pela oportunidade do documento «A serviço da comunidade humana: uma visão ética do endividamento internacional».

16 de janeiro — O Brasil pretende amortizar, este ano, um pouco mais de US\$ 1 bilhão de sua dívida externa junto aos países ligados ao Clube de Paris. Se tivesse de amortizar o total previsto nos contratos, seriam precisos US\$ 3,4 bilhões. Ao dar estas informações, o Ministro da Fazenda diz que a amortização a ser negociada é o máximo que o Brasil tem condições de pagar.

17 de janeiro — Em entrevista concedida à imprensa o Presidente José Sarney descarta por completo, a ida do Brasil ao FMI, caso fracassem as tentativas de obter novos empréstimos no exterior. A hipótese chegou a ser admitida pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher. O presidente afirma que o Brasil possui uma posição muito bem definida e clara a esse respeito, que é a de «não aceitar nenhum tipo de monitoramento da economia nacional pelo Fundo».

22 de janeiro — Dentro do projeto do Presidente Sarney de um pacto social, empresários e sindicalistas se reúnem sob a presidência do Ministro do Trabalho Almir Pazzianotto, sem que se chegue a um resultado.

27 de janeiro — O Conselho Interministerial de Preços inicia o realinhamento de preços.

Beatíssimo Padre,

Em nome de todo o povo brasileiro, desejo congratular-me com Vossa Santidade pela sadia oportunidade do documento «A serviço da comunidade humana: uma visão ética do endividamento internacional», elaborado pela Comissão Pontifícia Justiça e Paz, com a marca profunda dos sagrados princípios da fraternidade, justiça e dignidade humanas, que inspiram seu Pontificado.

Poucas vezes abordou-se de forma tão ampla e segura e com tão sólidos fundamentos éticos e morais o grave problema do endividamento externo dos países em desenvolvimento e as conseqüências nocivas sobre os esforços de progresso e justiça social de inúmeras nações em todo o mundo. Em sua rica argumentação, o documento vai muito além da mera exortação, para inscrever-se como verdadeira consciência crítica, destinada a levar luz e servir de orientação a credores e devedores, chamados a assumir a indeclinável parcela de responsabilidade que lhes cabe num problema que é global e ameaça toda a humanidade. O diagnóstico preciso, sereno e objetivo apresentado no documento completa-se por sugestões de cursos de ação marcadas pela sabedoria, pelo senso de equilíbrio e pelo sentido da responsabilidade.

O Brasil compartilha inteiramente dos pontos de vista expostos pela Comissão Pontifícia Justiça e Paz e acolheu aquelas reflexões reconfortado por ver suas teses receberem tão expressivo aval. Profundamente necessitado de promover, em bases seguras e duradouras, o seu próprio desenvolvimento, meu País tem sentido os efeitos perversos de uma permanente drenagem de recursos, obtidos à custa de muito sacrifício e abnegação de seu povo. É especialmente digno de nota o trecho em que o documento analisa o dilema em que se debatem os devedores: «Para certos países em desenvolvimento, o montante das dívidas contraídas, e, sobretudo, os reembolsos exigíveis a cada ano, são de tal nível com relação aos seus recursos financeiros disponíveis que eles não podem enfrentá-los sem graves danos para sua economia e para o nível de vida de suas populações, sobretudo as mais pobres. Esta situação crítica acha-se agravada

por circunstâncias externas que contribuem para diminuir suas receitas de exportação (baixa dos preços das matérias-primas, dificuldades de acesso aos mercados exteriores protegidos) ou que sobrecarregam o serviço de suas dívidas (taxas de juros elevadas e instáveis, flutuações excessivas e imprevisíveis nas taxas de câmbio das moedas)». Essa análise é o retrato fiel da atual crise da dívida e mostra, com toda precisão, a iniquidade que representaria persistir no sistema vigente de tratamento do endividamento externo.

Nosso enorme esforço para manter o crescimento econômico é a única forma de promover a justiça social e pagar a imensa dívida moral que o País, ao longo de sua história, contraiu em relação à sua população mais pobre, tão numerosa. A dívida externa, para a qual sempre propugnamos uma solução sem confrontação, à base do interesse recíproco de credores e devedores, sem passionalismo nem exploração ideológica, aparece hoje como um grave obstáculo e ameaça ao desenvolvimento econômico brasileiro e ao progresso político e social do Brasil, que não deseja abrir mão de sua soberania e conquistas recentes no crescimento e na distribuição da riqueza, nem ver-se mergulhado na recessão e no desamparo.

Temos consciência de que o mesmo cenário é vivido por outras nações, que se debatem entre o cumprimento de obrigações sempre mais onerosas e os inadiáveis esforços para promover um mínimo de crescimento. Com elas nos irmanamos, acima de todas as individualidades culturais, sócio-econômicas e políticas, pelo mesmo comum desejo de diminuir substancialmente o abismo que hoje separa os povos ricos e pobres. Homens todos, todos iguais perante o Criador, todos seremos dignificados, se forem menores as diferenças, o sofrimento, a desesperança.

É, pois, muito oportuno que Vossa Santidade traga tão importante aporte para uma profunda reflexão sobre esse problema, suas origens, seu alcance e conseqüências morais e materiais para toda a humanidade, procurando despertar uma consciência de responsabilidade, também, a nível dos governos.

É preciso que as inúmeras discussões e negociações recebam a orientação inspiradora de uma incontestável au-

toridade moral, para que, de acordo com princípios éticos, se possa chegar a soluções justas e duradouras, para além da frieza dos números e dos cálculos econômicos, com solidariedade e fraternidade humanas.

Aceite, Beatíssimo Padre, as homenagens que, pessoalmente e em nome de todos os brasileiros, mais uma vez lhe transmito e que peço estender a todos os membros da Comissão Pontifícia Justiça e Paz.